

**Feiras livres de Rio Claro (SP):
territórios de identidade, lugares de memória**

Heloisa Mina Padula

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, PUC-Campinas, Campinas,
São Paulo

 <https://orcid.org/0009-0007-8857-1076>

E-mail: heloisa.mp4@puccampinas.edu.br

Maria Cristina da Silva Schicchi

Arquitetura e Urbanismo, PUC-Campinas, Campinas, São Paulo

 <https://orcid.org/0000-0002-4267-2601>

E-mail: cristina.schicchi@puc-campinas.edu.br

Resumo: As feiras livres surgiram em função das necessidades de circulação dos produtos na sociedade e, ao longo do tempo, moldaram-se a partir das atividades relacionadas aos modos de vida dos envolvidos - produtores, consumidores e frequentadores. Esse artigo apresenta um estudo sobre três feiras livres do município de Rio Claro (SP) - Feira do Cervezão, Feira do Produtor e Feira São Benedito - como uma rede complexa de produção, consumo e circulação de mercadorias, utilizando uma abordagem multi e interescalar. Elas foram analisadas a partir dos diferentes espaços urbanos onde ocorrem, como lugares de encontro e convívio comunitário e como expressões das relações de produção e trabalho tradicionais que integram o meio rural e urbano, com ênfase na produção local e familiar hortifrutigranjeira, inserida nos circuitos curtos da economia. Como resultado, apontam-se distintos critérios e valores que qualificam as feiras livres como patrimônios imateriais.

Palavras-chave: Lugares de Memória. Feiras livres. Identidade. Paisagem. Território.

Street markets in Rio Claro (SP): territories of identity, places of memory

Abstract: Street markets emerged in response to the societal need for product circulation and, over time, shaped themselves according to the activities related to the lifestyles of those involved - producers, consumers, and attendees. This article presents a study on three street markets in the municipality of Rio Claro (SP) - Feira do Cervezão, Feira do Produtor Rural, and Feira São Benedito - as a complex network of production, consumption, and circulation of goods, using a multi- and inter-scalar approach. They were analyzed based on the different urban spaces where they occur, as places of community gathering and interaction, and as expressions of traditional production and labor relations that integrate rural and urban environments, with an emphasis on local and family-based horticultural production, embedded in short economic circuits. As a result, different criteria and values are highlighted that qualify street markets as intangible heritage. **Keywords:** Places of Memory. Street markets. Identity. Landscape. Territory.

Keywords: Places of Memory. Street markets. Identity. Landscape. Territory.

Introdução

A origem do mercado interno de abastecimento alimentício remonta à necessidade de distribuição de suprimentos nas sociedades. Conforme observado por Vargas (2001), o surgimento deste comércio está intimamente ligado ao excedente da produção destinado à subsistência que, combinado com a escassez de alimentos nos territórios mais povoados, deu origem às primeiras trocas. Mais tarde, à medida que as demandas nas áreas urbanas foram se intensificando, a atividade comercial emergiu de maneira praticamente espontânea, especialmente quando as áreas de produção se localizavam distantes das cidades. A necessidade de mobilidade humana também impulsionou o desenvolvimento destes mercados, dispostos em pontos estratégicos ao longo das rotas. Neste caso, eram paradas com o propósito de realizar trocas dos excedentes produzidos.

As feiras livres, ao longo do tempo, se consolidaram como pontos de distribuição da produção, delineando, muitas vezes, o próprio tecido central das cidades, sobretudo a partir da convergência de redes e vias de acesso. Mas, por se fixarem de forma temporária e itinerante, os locais de atividade não se configuraram como morfologias únicas, ou seja, a disposição física da atividade na cidade – com bancas, corredores, áreas de permanência e de circulação – são moldadas pela funcionalidade prática e pela interação entre o ambiente urbano e as relações comerciais de cada localidade. Quando não se localizam nas ruas, seu agenciamento procura reproduzir este formato. Contudo, esse fato não diminui o potencial desses locais de estabelecer conexões territoriais, com a própria cidade e o campo, cuja singularidade reside na forma como são apropriados para acomodar as atividades da feira, não apenas em termos físicos, mas também em termos da mobilização comunitária. Portanto, a vida cotidiana molda e organiza esses espaços e as atividades sociais relacionadas aos modos de vida dos envolvidos – produtores, consumidores e frequentadores. Isso permite o aprimoramento das práticas comerciais, promove interações sociais e influencia o ambiente urbano, transformando a paisagem e ressignificando os espaços públicos. Conforme aponta Queiroga (2014, p.130) “Feiras podem caracterizar a dinâmica de ruas, praças, bairros e até mesmo de algumas cidades brasileiras, se configuram não só como espaços de trabalho, renda, lucro e consumo (domínio das necessidades), mas também de encontros, convívio, cultura e vida pública (domínio da liberdade)”.

De Barros Mott (1976) identifica duas categorias principais de ocupação na origem dos mercados na América Latina: territórios com heranças pré-hispânicas, como México e Guatemala, que já possuíam um mercado interno estruturado antes da chegada dos europeus e territórios onde o comércio não era parte da cultura dos povos nativos, predominante na maioria dos países latino-americanos. Os povos indígenas nessas regiões tinham uma economia de subsistência, com trocas pontuais e mínima produção excedente. Com a chegada dos europeus, no final do século XV, uma cultura de mercado foi imposta, levando os nativos se envolverem no comércio com os colonizadores. As feiras, como as conhecemos atualmente, foram uma inovação para os nativos, mas foram introduzidas na região através da adaptabilidade e interesse dos povos indígenas pelo comércio, juntamente com diretrizes da coroa portuguesa.

O período marcado pela colonização teve como economia principal o cultivo de cana-de-açúcar, a exploração da terra e a mineração, todos voltados para a exportação de mercadorias, principalmente para a Europa. No entanto, tais atividades não resultaram no desenvolvimento de grandes urbanizações (Borsoi, 2020, p. 4). Porém, o desenvolvimento do abastecimento interno propiciou a diversificação das atividades regionais e a fixação de povoados, sobretudo através da agricultura em pequena escala.

A conjuntura histórica e os regimes econômicos globais influenciaram diretamente as necessidades de abastecimento. De acordo com De Saes (2015), no Brasil, o capitalismo comercial ganhou novos contornos com a abolição da escravatura, em 1888 e a Proclamação da República, em 1889. Esses eventos foram fundamentais para a ascensão da burguesia comercial-exportadora, resultando em mudanças significativas na sociedade, incluindo valores, técnicas de trabalho e estrutura econômica¹. Com isso, o mercado interno passou por reestruturações para maximizar o lucro e promover a livre concorrência, afetando tanto os ex-escravizados quanto os processos de industrialização e a organização das áreas urbanas.

¹ Para compreensão das mudanças operadas na sociedade e de outras características do período, consultar: FAORO, R. Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro. 3. ed. Porto Alegre: Globo Livros, 2001; e PRADO JR., C. Formação do Brasil Contemporâneo (colônia). 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

Atualmente, apesar da expansão de grandes estruturas de consumo e da facilidade de compras *on line*, como supermercados e *shopping centers*, as feiras permaneceram como elementos estratégicos nos circuitos econômicos regionais. Sua capacidade de promover interações sociais, culturais e comerciais, mesmo diante do monopólio exercido pelos grandes estabelecimentos comerciais, preserva sua ancestralidade, ao vincular o espaço urbano ao rural, reintegrando dois âmbitos geralmente apartados nos municípios. No entanto, segundo Kieling & Silveira (2015, p. 141), “o modo de vida do rural e do urbano estão cada vez mais infiltrando-se um no outro, descobrindo diferentes territorialidades do território que é percebido pelo uso que os indivíduos dele fazem”.

As feiras estão intimamente ligadas à construção de imaginários coletivos, que evocam ancestralidade, herança que é transmitida em três tempos - passado, presente e futuro:

Na feira livre existem características singulares, inexistentes em outras formas de comércio como solidariedade, proximidade, afetividade, troca de saberes e o alto nível de confiança mútua entre os envolvidos. Outro ponto que diferencia as feiras livres de outras formas de comércio é o fato de que segmentos de menor poder econômico tem a oportunidade de consumo. (Model e Denardin, 2014, p. 7 – 8)

Rememoram, portanto, “uma história onde o cotidiano das multidões anônimas conquista o status social de valor histórico da identidade maior de uma formação sócio-territorial.” (Mesentier, 2006, p.14). Logo, são também constituintes da memória do território, pois ainda que efêmeras, permanecem no imaginário da população e na representação de grupos sociais.

As três feiras livres de Rio Claro analisadas - Feira do Cervezão, Feira do Produtor e Feira São Benedito - são típicas de cidades de porte médio e pequeno do interior do estado, as quais preservam características que as cidades grandes já não apresentam mais, como, por exemplo, o fato de promoverem forte conexão entre áreas rurais e urbanas, especialmente no que diz respeito à agricultura e aos circuitos de produção e distribuição hortifrutícolas local e regional.

Os objetos de estudos escolhidos estão também inseridos nas dinâmicas da região Metropolitana de Piracicaba, onde ainda se conservam hábitos rurais. Trata-se de feiras livres públicas implantadas em diferentes contextos urbanos, que complementam os circuitos de abastecimento de seus respectivos territórios. Assim, o propósito do trabalho foi evidenciar de

que maneira essas feiras, ao longo do tempo, reafirmaram as dinâmicas relacionadas à identidade, à memória e ao senso de pertencimento das populações envolvidas. Entre outras, as questões que se colocaram desde o início foram: quais ações seriam necessárias para preservar esta cadeia produtiva e seus desdobramentos socioculturais que envolvem o pequeno produtor e a agricultura familiar? Quais políticas públicas? Quais instrumentos de incentivo à sua manutenção e preservação?

Percurso Metodológico

A pesquisa partiu da identificação das dinâmicas sociais e espaciais que definem os territórios formados pelas feiras, numa abordagem dialética, ou seja, reconhecendo não apenas a necessidade “de partir do social para explicar o espaço, mas, ao contrário, (...) também partir do espaço para explicar o social.” (Villaça, 1998, p.36).

Inicialmente, utilizou-se o método histórico-crítico para investigar a história e a dinâmica do comércio e das feiras livres. Isso envolveu uma revisão bibliográfica em distintas áreas do conhecimento para identificar os atributos passados e presentes dessa atividade, abordando aspectos socioeconômicos, culturais e territoriais.

Paralelamente, foi realizada uma pesquisa empírica, com levantamentos *in loco* para analisar o estado atual das feiras, a partir do desenho/mapeamento dos espaços. Utilizou-se o método de observação participante para interação com os sujeitos envolvidos (moradores locais, frequentadores, comerciantes, produtores, gestores), onde se buscou não apenas trazer considerações sobre as ações observáveis, mas também os significados, as relações sociais e as histórias que subjazem à cultura do comércio em estudo. Outros aspectos investigados incluíram o contexto histórico da região, legislações vigentes, dinâmicas dos espaços, produtos comercializados, grupos ativos locais, dados socioeconômicos e estratégias de consumo.

Foi empregado o método comparativo, quando apropriado, para a análise de alguns aspectos, sendo o mais relevante o arcabouço teórico que permitiu o enquadramento das feiras livres como territórios de identidade, lugares de memória e como instrumentos e objetos, ao mesmo tempo, de preservação.

Feiras Livres e o Circuito Inferior da Economia

O mercado popular de rua exerceu e ainda exerce grande influência sobre o contexto social, econômico e cultural. Mumford (1965 apud Vargas, 2001) destaca que o ideograma sumeriano para mercado é representado por "Y", simbolizando entroncamento ou o encontro de duas linhas, indicando os locais de convergência onde as primeiras operações comerciais ocorreram. As negociações eram baseadas no escambo, ou seja, troca direta de bens e serviços entre duas partes, sem nenhuma normativa. Dessa forma, o mercado de rua passou a ser entendido como atividade social, ou, como aponta Vargas:

o caráter social da atividade de troca está nela implícito, pois para a troca se realizar existe a necessidade do encontro: encontro de pessoas com bens e serviços para serem trocados. No entanto, o encontro só se realiza porque existe a necessidade ou o desejo pelo bem, levando, assim, à busca de uma real satisfação quando a troca se conclui. Aliás, uma boa negociação é aquela em que ambos os atores saem satisfeitos. Essa situação, por si só, é suficiente para imprimir à atividade de troca um caráter social. (Vargas, 2001, p.3)

No contexto das grandes urbanizações, o mercado interno de abastecimento continua a se adaptar às demandas e “as feiras e mercados apresentam tantas variações que torna-se difícil a enumeração de características gerais capazes de distinguir essas duas instituições nas diversas regiões brasileiras onde elas são encontradas” (Ferretti, 2000, p.39).

Em São Paulo, no final do século XVIII, segundo Sato (2012) e Guimarães (1969) (apud Leite, 2015), a comercialização de produtos voltada para o ramo alimentício atuava através de estabelecimentos, como: mercados, quitandas, mercados caipiras, casinhas, armazéns, mascates e feiras. Com isso, iniciou-se a atividade de grupos envolvidos com comércios alternativos, que buscavam atender novas demandas e começaram a se organizar através de cooperativas e associações baseadas em princípios de autoajuda, autogestão, democracia, igualdade e equidade, dinâmicas estas que acontecem até os dias atuais. Cassol (2021) destaca “a importância das associações e organizações coletivas e públicas na construção dos mercados e toda uma miríade de dimensões que tem como foco os processos de interação social” (Cassol, 2021, p.109).

Contudo, a informalidade, no âmbito capitalista, é uma condição que acompanha a trajetória do comércio e principalmente do comércio de rua. Foi identificada e caracterizada pela primeira vez no Brasil pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), no final da década de

1960 e atualmente trata-se de uma situação amplamente disseminada na realidade global. Porém, para a plena compreensão do conceito deve-se analisar elementos do contexto local e social, como: crenças, economia, processo de formação histórica, cultura e costumes. Cacciamalli (2000) aponta a ambiguidade do conceito:

O termo setor informal, embora sugira maior rigor, desde a sua origem, vem sendo aplicado na literatura especializada, especialmente latino-americana, de uma maneira abrangente. Essa denominação, entretanto, pode representar fenômenos muito distintos, como por exemplo: evasão e sonegação fiscais; terceirização; microempresas, comércio de rua ou ambulante; contratação ilegal de trabalhadores assalariados nativos ou migrantes; trabalho temporário; trabalho em domicílio etc. (Cacciamalli, 2000. p. 148).

Por sua vez, os governos passaram a regulamentar tais práticas de comércio, exigindo normas quanto à arrecadação de impostos, fiscalização sanitária e procedimentos para a utilização do espaço público e privado, através da institucionalização dos espaços, caso a caso e da constituição de leis para o funcionamento efetivo destas atividades, de forma a garantir a segurança tanto de consumidores quanto de comerciantes. No entanto, é importante reforçar que a legislação foi apenas o instrumento que legitimou uma atividade que já era popular na cidade (Sato, 2012).

Na obra “O Espaço Dividido”, escrita por Milton Santos (2008), há uma análise sobre a economia dos países subdesenvolvidos, principalmente em sua dimensão espacial, onde as atividades econômicas são divididas em “circuito superior” e “circuito inferior”. Santos propõe uma diferenciação entre estas categorias em relação a três aspectos: acesso tecnológico, métodos de organização e condições históricas de introdução à modernização. Elas marcam também as diferenças de renda dentro da sociedade, suas respectivas atuações e o acesso à informação e educação. Uma das principais características que difere o “circuito inferior é encontrar os elementos da sua articulação na cidade e sua região, enquanto o circuito superior vai ordinariamente buscar essa articulação fora da cidade e da sua região” (Santos, 2008, p. 48). Portanto, “cada circuito mantém, com o espaço de relações da cidade, um tipo particular de relações: cada cidade tem, portanto, duas zonas de influência.” (Santos, 2008, p. 22). Segundo argumenta o autor

A apreensão do "circuito inferior" recobre uma realidade muito mais ampla que a expressa pelo termo "terciário". Na realidade, trata-se mais de um conceito que de uma denominação; o circuito inferior é o resultado de uma situação dinâmica e engloba atividades de serviço como a doméstica e os transportes, assim como as atividades de transformação como o artesanato e as formas pré-modernas de fabricação, caracterizadas por traços comuns que vão além de suas definições específicas e que têm uma filiação comum. (Santos, 2008, p.201)

As considerações apresentadas por Santos aplicadas à análise das dinâmicas das feiras livres, permite enquadrá-las como elementos integrantes da paisagem e das interações no circuito inferior, a partir de características como o trabalho intensivo, desigualdade social, preços variáveis praticados, interação entre comprador e vendedor, participação ativa de grupos sociais, utilização de recursos limitados para a produção, comercialização direta dos bens produzidos e geração de empregos autônomos e temporários.

Por outra perspectiva, Lefebvre (2001) aponta que a relação entre áreas urbanas e rurais ao longo da história sofreu transformações significativas, como consequência de mudanças nas estruturas sociais, econômicas e nos sistemas de produção. Tais transformações se manifestaram por meio de alternância entre momentos de conflitos intensos e os caracterizados por uma colaboração mais estreita entre elas. Neste contexto, é pertinente destacar que uma parcela substancial dos conflitos se originou por disputas territoriais, em que a preeminência da grande propriedade desempenhou papel crucial na ocupação do território brasileiro.

No sistema capitalista, as áreas urbanas concentram indústrias, comércio e serviços, enquanto as áreas rurais se dedicam à agricultura e à extração. Historicamente, cidade e campo têm funções econômicas distintas, o que contribui para acentuar as desigualdades sociais, já que as atividades urbanas são mais valorizadas e mais bem remuneradas.

A distribuição das atividades econômicas no território desempenha um papel fundamental na criação e perpetuação de desigualdades, já que se torna

um lugar de produção e de obras. A produção agrícola faz nascer produtos; a paisagem é uma obra. Esta obra emerge de uma terra lentamente modelada, originariamente ligada dos grupos que a ocupam através de uma recíproca sacralização que é a seguir profanada pela cidade e pela vida urbana. (Lefebvre, 2001, p.73).

Na agricultura familiar, as práticas já estão consolidadas no âmbito técnico e oferecem uma vantagem estratégica ao explorar métodos tradicionais locais e alternativas para o escoamento da produção. Isso garante uma fonte de renda direta aos agricultores, ao passo que promove a comercialização direta, eliminando a necessidade de intermediários (Wilkison, 2008 apud Model e Denardin, 2014).

Feiras livres em cidades médias do interior paulista

Os objetos de estudo estão localizados na cidade de Rio Claro, na Região Metropolitana de Piracicaba, distante 180 quilômetros da capital. Situada na depressão periférica paulista, é caracterizada por terras uniformes e planas, ideais para a agricultura, remontando a uma tradição agrícola do período colonial, com a produção de cana-de-açúcar e café em grandes latifúndios. Não obstante, na região há também uma herança vinculada à tradição rural e à agricultura familiar que se reflete nas dinâmicas do circuito curto² do município e, portanto, nas feiras livres.

Atualmente o município sedia três feiras livres públicas (Figura 1), gerenciadas pela municipalidade e operadas em distintas áreas do tecido urbano, com diferentes temporalidades, traços socioeconômicos e culturais. Todas apresentam forte característica de venda relacionada à produção hortifrutigranjeira, intrínseca ao modo de cultivo local, ou seja, a agricultura familiar.

² O conceito de circuito curto se refere à rota mais direta percorrida pelo produto desde o momento de sua produção até chegar ao consumidor final, abarcando todas as etapas, desde a comercialização até o consumo, sem necessariamente passar por processos de transformação ao longo do trajeto.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

FIGURA 1
Localização das feiras livres da cidade de Rio Claro - SP.

O interior do estado de São Paulo é uma região que se destaca pela presença da atividade agrícola e agropecuária, tanto por apresentar terras férteis para a produção, como dito, quanto por sua localização estratégica no contexto histórico do país. O estado desempenhou um papel essencial na criação de rotas de transporte que ligavam as zonas produtivas ao litoral, agilizando o transporte dos produtos agrícolas, através de políticas que atuam sobre essas dinâmicas até hoje. No entanto, o acesso à terra e aos meios de produção apresentavam uma situação específica, em que a expansão da fronteira agrícola e a ocupação de terras tornaram-se fatores determinantes para a consolidação das atividades rurais nessa região. Contudo, esse acesso não foi

uniformemente distribuído e foram priorizadas questões como a concentração fundiária e a disponibilidade de infraestrutura, que implicaram diretamente as dinâmicas agrícolas na região.

A atuação do pequeno agricultor apresenta uma trajetória complexa que reflete as mudanças sociais, econômicas e políticas ao longo do tempo. Desde a colonização, grandes propriedades de monoculturas eram prioridade para o cenário de dominação, onde pequenos agricultores, em sua maioria indígenas e negros escravizados, eram marginalizados e frequentemente submetidos a condições precárias. A imigração, no final do século XIX e no século XX, marcou outro cenário ao recompor o quadro de trabalhadores no campo. A densa população nessas condições, em contrapartida, com a subvalorização do trabalho, gerou a mobilização de movimentos sociais que buscavam melhores condições para os trabalhadores no campo. No período de redemocratização do país houve um forte movimento pela reforma agrária, no entanto, apenas alguns programas foram implementados e não alteraram o quadro de predominância latifundiária. A constituição de 1988 estabeleceu os fundamentos e princípios que nortearam a proteção, o reconhecimento e o desenvolvimento desse segmento para a economia e a sociedade do país, que incluem direitos sociais e trabalhistas, direito à propriedade, políticas e incentivos, segurança alimentar como princípio fundamental, entre outros.

A escolha do interior paulista como recorte de estudo, portanto, se justificou pela sua relevância diante da produção agrícola nacional, bem como pela diversidade de realidades encontradas nesta região. Porém, ao enquadrar o cenário paulista foi preciso considerar não apenas as áreas tradicionais de agricultura, mas também as transformações e desafios enfrentados pelas cidades que, em alguns casos, devido ao seu rápido crescimento, perderam seus territórios rurais.

Por sua vez, as cidades médias e pequenas³, como Rio Claro, desempenham um papel vital na articulação entre a área rural e os centros urbanos, atuando como centros de serviços, comércio e administração para as comunidades agrícolas próximas. Sob este aspecto, pode-se entender que

³ No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define cidades pequenas como aglomerados urbanos que possuem uma população de até 50 mil habitantes. Para as cidades de porte médio é relativo consenso em considerar aquelas cidades que estão entre 50 mil e 500 mil habitantes, ainda que esse intervalo esteja sujeito a alterações a cada vez que os resultados dos censos demográficos são divulgados (SPOSITO, 2010, apud da SILVA 2013).

são guardados valores e tradições que nas cidades grandes, muitas vezes, já foram diluídos ou incorporados por movimentos maiores. Não se trata apenas de relações geográficas e dimensões municipais, mas sim, de um apelo maior para a vida cotidiana, numa temporalidade distinta das cidades grandes.

Por certo, as feiras são realizadas em cidades de vários portes e em cada uma elas estabelecem uma relação distinta com o território, conforme mencionado. Por isso, a princípio, foram identificadas as feiras livres distribuídas nos 24 municípios da Região Metropolitana de Piracicaba (RMP). Constatou-se que elas não estão necessariamente apenas nas cidades mais populosas ou com maior apelo turístico, mas naquelas que sofrem influência pelos grupos ativos e órgãos gestores das atividades em nível municipal. Também estão onde há demandas da população, reiterando a escala da freguesia, dos moradores que prezam por vivenciar as relações de vizinhança, quase inexistente em outros tipos de comércio varejista diversificado, como *shoppings* ou supermercados, em especial, por resguardar uma forma de comercialização arquetípica, presente desde as origens do espaço urbano.

Descreve-se a seguir algumas das características das três feiras livres objetos de estudo, operadas em distintas áreas do tecido urbano, com diferentes temporalidades, traços socioeconômicos e culturais e que apresentam forte característica de venda relacionada à produção hortifrutigranjeira e muitas das características descritas.

4.1. Feira do São Benedito

A Feira Livre do São Benedito, realizada na praça de mesmo nome, é um ponto central de atividade comercial no município. Nas manhãs de sábado, mobiliza não só a praça, mas também as vias ao redor e os edifícios próximos, transformando a dinâmica da região. Além disso, o local representa um marco na memória da população, que remonta às atividades ligadas à cultura afrodescendente.

A igreja de São Benedito se constituiu como um espaço relevante para a cultura afrodescendente no município, pois aos “negros eram destinadas as missas na Irmandade de São Benedito, criada em 1855, até que sua participação passou a ser recriminada e foi extinta em 1884” (Dos Santos, 2002, p.60). Apesar de extinta a irmandade, a comunidade ainda se reconhecia no espaço que, segundo Castro e Magalhães (2020), deu início aos quilombos na região. A praça, por

sua vez, acolhia eventos típicos da cultura trazida pelos escravizados, como a Umbigada e o Tambu (Imagem 2):

O Tambu tem origem nos povos Bantus, que são ali da região de Angola, é um povo que eles curtiam muito o tambor. O tambor é considerado como um santo, uma entidade para eles, por que tudo gira em torno dele, ele que produz a energia” (Daniel Moi, Vídeo Danças Afro-brasileiras na Cidade de Rio Claro: O Batuque de Umbigada e a Congada de São Benedito – Portal Memória Viva).

As práticas trouxeram um significado para a enorme figueira branca centenária que havia na praça até 2015, quando foi removida pela municipalidade (Figura 2), depois de muita resistência por parte do movimento negro, que tinha apreço pelo local (Faria, 2011 apud Campoy, 2021). Hoje, pedaços desta árvore estão em exposição no museu municipal, como forma de manter a memória viva desses grupos étnicos.



Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó” / Grupo Batuque de Umbigada (imagem disponível no instagram do grupo). / Reprodução/EPTV. / Prefeitura de Rio Claro, 2015.

FIGURA 2

Tradições arraigadas à praça de São Benedito, à esquerda e ao centro: Umbigada e Tambu; à direita: Remoção da figueira pela municipalidade.

A feira atualmente é a mais antiga do município e atrai uma variedade de frequentadores, tanto de áreas próximas quanto das regiões mais distantes da malha urbana, devido à sua localização central e ao fluxo de veículos na área. A praça serve como um ponto de exposição para os produtos dos feirantes, impulsionando outros negócios e promovendo interações sociais (Figura 3).

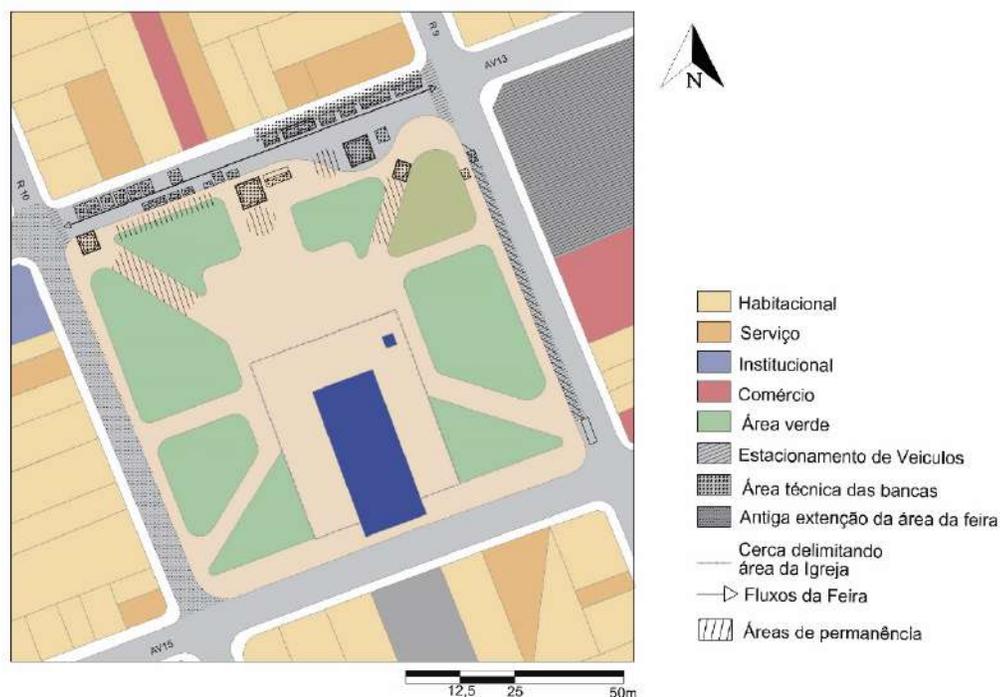


Fonte: Acervo das autoras, 2023.

FIGURA 3

À esquerda: feirante hortifrutigranjeiro; ao centro: feirantes de artesanato e ambulantes; e à direita: área de permanência para consumo de alimentos preparados.

Por estar próxima do centro tradicional do município, há muitas atividades que são realizadas no local, no entanto, a área também é próxima de bairros que apresentam zoneamento predominantemente residencial (Figura 4). Os frequentadores são atraídos tanto pela oferta de produtos e negociação de preços, quanto pela experiência de convívio e de consumo de alimentos preparados no local, como pastéis, pamonhas, caldo-de-cana, entre outros (Figura 3). No entanto, a atividade também abriga atividades informais, como a de flanelinhas, carregadores e músicos.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

FIGURA 4 **Implantação, com o uso e ocupação do espaço da feira do São Benedito.**

Os feirantes, distribuídos em seis segmentos, são responsáveis pela venda de hortifrutigranjeiros, carnes, alimentos preparados para consumo no local, artesanatos, revenda de produtos e comércio ambulante. Os mais antigos hoje enfrentam o problema de desinteresse familiar na sucessão dos negócios e a necessidade de encontrar alternativas de formas de comercialização, pois não se adequam mais aos novos clientes das feiras do município. Alguns aderem a programas municipais de distribuição alimentar e à produção de cestas para delivery.

4.2. Feira do Cervezão

A Feira Livre do Cervezão ocorre em um espaço público pouco equipado para atividades coletivas, em um território periférico com características típicas de urbanização em processo, cercado por muros de terrenos vazios e sem nenhum atrativo para permanência. Desta forma, a realização da feira conforma um espaço de convívio importante para os bairros do entorno (Figura 5).

Realizada aos domingos pela manhã, esta feira semanal contrasta com as práticas comerciais globalizadas da região metropolitana. Iniciativas privadas, como o Centro de Abastecimento subsidiado pelo SESI (na década de 1980) e mercados de hortifrúti, competem com os feirantes locais, no entanto, a feira continua a atender à comunidade, adaptando-se às mudanças socioespaciais.

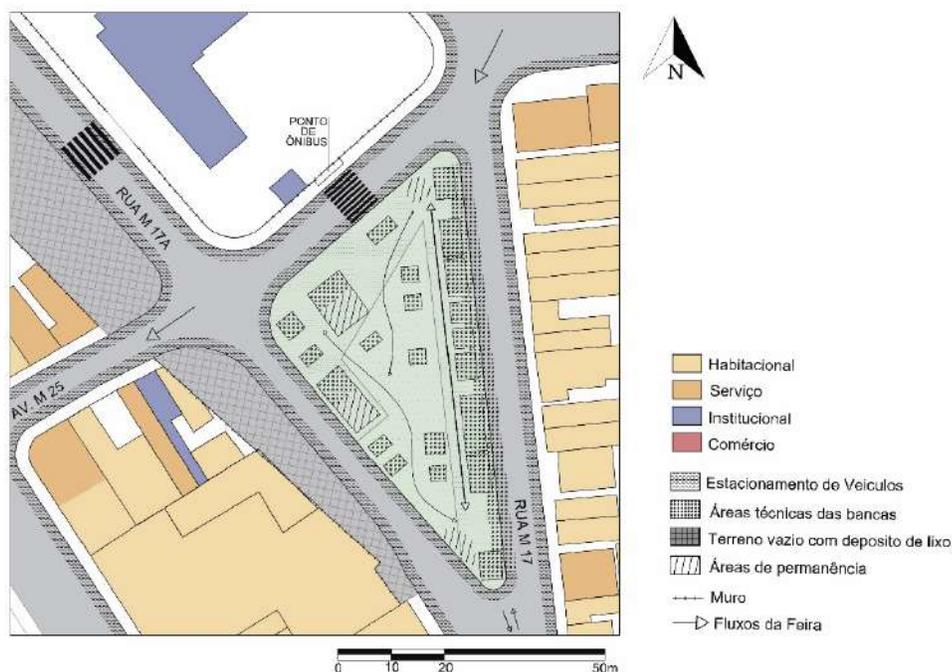


Fonte: Acervo das autoras, 2023.

FIGURA 5

À esquerda: relação de vizinhança criada na feira; ao centro: feirante que comercializa carnes e vendedores ambulantes; e à direita: comercialização de carnes.

Há regras informais para a organização espacial das barracas (Figura 6). Os vendedores são divididos em dois segmentos principais: feirantes e ambulantes. Os feirantes operam barracas tradicionais, oferecendo produtos como hortifrutigranjeiros e alimentos preparados, considerados os mais tradicionais da feira (Figura 5). Os ambulantes são atraídos apenas pelo fluxo de pessoas que vêm à feira, frequentemente atuam em diferentes áreas da cidade e se instalam em barracas ou *food trucks* que vendem uma variedade de produtos como cosméticos, sapatos, camisetas e brinquedos.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

FIGURA 6

Implantação, com o uso e ocupação do espaço da feira do Cervezão.

Atualmente, a Feira do Cervezão é a única localizada na periferia que resistiu às dinâmicas urbanas globalizadoras no município, expressas pela presença de equipamentos relacionados aos circuitos maiores (hipermercados, *shoppings*, lojas de departamento e mercados atacadistas). O

local é caracterizado pela diversidade, que se reflete no território, fortalecendo as relações de vizinhança, atendendo tanto a população do próprio bairro quanto de todo o conglomerado da região do Grande Cervezão, que é formado por aproximadamente 20 bairros, localizados no setor norte da cidade de Rio Claro.

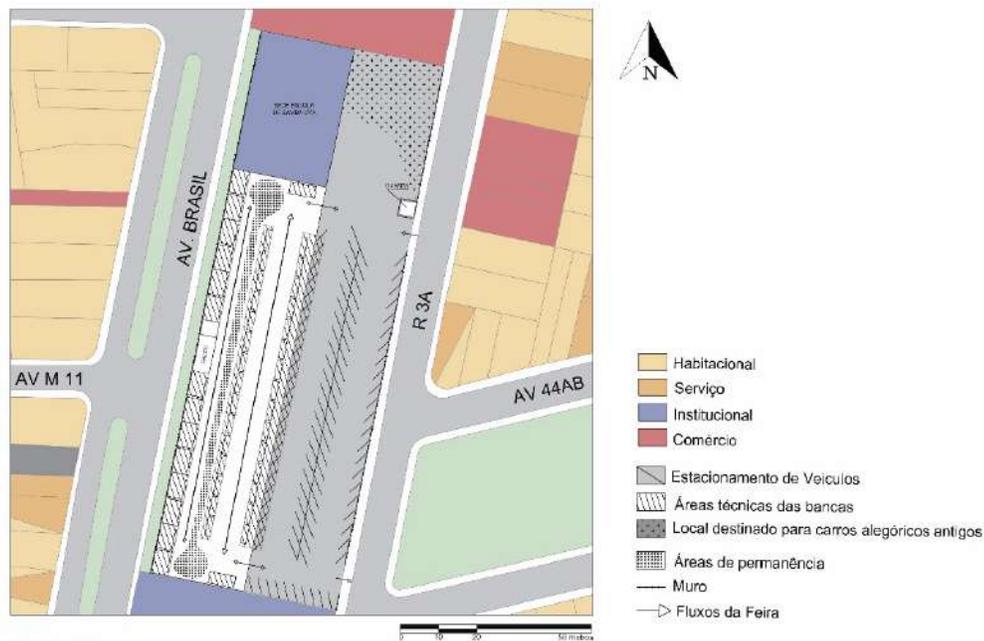
Apesar da importância cultural e econômica da atividade, sua localização em uma área sujeita à especulação imobiliária e à rápida verticalização da cidade ameaça sua permanência. Portanto, a situação da feira é instável. Ela é produto de arranjos temporários no espaço, em área de urbanização não consolidada, conforme descrito, ao contrário de outras feiras que ocupam espaços tradicionais da cidade. Houve uma proposta de realocação da feira em 2021, o que evidencia essa situação e que desencadeou um movimento de resistência à mudança por parte dos feirantes. A condição vulnerável da feira reflete as transformações em curso na região, com impactos tanto positivos quanto negativos em sua dinâmica e significado para a comunidade local.

4.3. Feira do Produtor Rural

A Feira do Produtor Rural, também conhecida como Feira do Corujão ou Feira da Agricultura Familiar, é promovida pela Secretaria Municipal de Agricultura em ação conjunta com a Associação dos Produtores Familiares de Rio Claro. É realizada duas vezes por semana, no período noturno, no Espaço Livre da Vila Martins, um local cedido pela prefeitura de Rio Claro. O local compartilha o uso com outras atividades relacionadas ao lazer e à cultura da cidade, como a Escola de Samba Uva e, esporadicamente, é palco para festas promovidas pela municipalidade, como a Festa da Cachaça e a Festa do Milho. O edifício está implantado em um território consolidado, de origem operária e com características de uso misto. No entanto, por ocorrer num espaço murado, essa feira se difere das outras estudadas, pois, o acesso da população não se dá a partir do fluxo peatonal, mas sim a partir do automóvel, por estar entre avenidas arteriais (Figura 7).

Inicialmente, a feira foi concebida para reunir produtores hortifrutigranjeiros locais (Figura 8), mas ao longo do tempo atraiu outros tipos de comércio, como a revenda de produtos e a comercialização de alimentos preparados. Em 2014, devido à demanda crescente da atividade,

a feira foi realocada para outro local, em um espaço coberto e mais amplo, com maior infraestrutura, como cozinhas, banheiros e estacionamento (Figura 8). Localiza-se em um ponto estratégico, entre importantes vias da cidade, atraindo consumidores de diversas áreas do município. Os feirantes, por sua vez, deslocam-se da área rural norte e noroeste da cidade para participar do evento.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

FIGURA 7
Implantação, com o uso e ocupação do espaço da feira do Produtor Rural.

Em 2017, foi aprovada uma legislação municipal específica para regulamentar a atividade da feira do Produtor Rural, definindo desde critérios para participação efetiva dos feirantes, até normas para a comercialização dos produtos. No entanto, devido à necessidade de certificação para produtos produzidos em pequena quantidade e aos altos custos de inspeção e certificação, as restrições acabaram excluindo produtores locais de menor escala, como os de queijos, ovos e cachaças.



Fonte: Acervo das autoras, 2023.

FIGURA 8

À esquerda: feirante com sua família; ao centro: área de permanência para consumo de alimentos preparados; e à direita: área de brinquedos infantis.

Os vendedores se distinguem em quatro grupos: os feirantes hortifrutigranjeiros, produtores locais que vendem verduras, legumes, frutas, ovos e temperos; os artesãos, que comercializam uma variedade de produtos artesanais, como tapetes e itens de costura; os do segmento de alimentos preparados, que oferecem refeições para consumo no local, disponíveis em cozinhas e *food trucks* (Figura 8); e os revendedores de produtos como cosméticos, cachaças, queijos e doces. No entanto, houve uma transformação no caráter da feira, quando, visando atrair mais público, começou a oferecer atrações adicionais, como música ao vivo e a instalação de brinquedos e produtos para crianças (Figura 8). Essa estratégia mudou o foco inicial da feira, que originalmente comercializava os produtos rurais e hoje ficaram em segundo plano nas vendas. Como resultado, houve uma redução no número de feirantes neste segmento.

Síntese dos aspectos comparados

Ao comparar as três feiras públicas, foi possível identificar características distintas que definem o "DNA" de cada uma, a partir de indicadores como localização, escala de abrangência, participação comunitária e especificidades dos produtos vendidos.

A localização urbana emergiu como um fator-chave para a diferenciação do grau de vitalidade dessas feiras, implicando sua interação com a comunidade, a acessibilidade e o seu potencial de mobilização de frequentadores.

A disposição física das barracas das feiras no espaço reflete não apenas aspectos práticos, como a funcionalidade e acessibilidade interior, mas também a interação entre o ambiente urbano e as práticas comerciais locais, incorporando elementos culturais e regionais específicos, como no caso em que a praça passa a ser uma extensão da área da feira (Figura 9), onde os usuários se

apropriam do espaço público cotidiano. Ou, em situação oposta, em um ambiente controlado, onde a feira não apresenta interface direta com a cidade (Figura 9).



Fonte: Acervo das autoras, 2023.

FIGURA 9

À esquerda, área de permanência para consumo de alimentos preparados na Feira do São Benedito; à direita, interface da Feira do Produtor Rural com a cidade, com guarita para controle de acesso.

Por sua vez, os frequentadores são representativos da diversidade da população urbana, exercendo influência sobre os produtos oferecidos e a atmosfera das feiras, como no caso da transformação do caráter da Feira do Produtor Rural para um local de maior permanência, com o oferecimento de atrações musicais (Figura 10) e uma gama maior de barracas de alimentos preparados. Por outro lado, os comerciantes contribuem significativamente para a configuração desses espaços, trazendo consigo técnicas de comércio e aspectos culturais de suas origens, como o comércio de produtos de hortifruti de produção familiar, de animais vivos, e do próprio comércio ambulante próximo à área da feira (Figura 10).



Fonte: Acervo das autoras, 2023.

FIGURA 10

À esquerda e acima, música ao vivo na Feira do Produtor Rural; à esquerda e abaixo, vendedor ambulante próximo a feira; à direita, comercialização de hortifruti na Feira do São Benedito, e de animais vivos na Feira do Cervezão.

Há características comuns entre as três feiras, como, por exemplo, a presença de vias coletoras próximas de seus locais de inserção, onde desempenham um papel na distribuição e coleta do tráfego dentro de áreas urbanas; a proximidade do transporte público e de comércios e serviços formais; e a predominâncias de áreas residenciais em seus entornos.

Apesar das semelhanças nos tipos de produtos comercializados, cada feira adapta sua oferta para atrair um público específico, investindo na exposição de produtos mais procurados por cada comunidade local (Tabela 1).

	Feira do São Benedito	Feira do Cervezão	Feira do Produtor Rural
Localização Urbana	Área Central	Periurbano	Bairro
Escala de Abrangência	Intermunicipal	Bairros do entorno	Intermunicipal

Esfera da atividade	Pública	Pública	Pública
Interface com a cidade	Praça	Terreno - Sem Urbanidade	Edifício Público
Uso do solo predominante	Área Mista	Residencial - em desenvolvimento	Área Mista
Participação Comunitária	Ativa	Ativa	Ativa
Cadeia de Abastecimento Hortifrutigranjeiro	Local	Local	Local
Legislação Vigente	Lei genérica	Lei genérica	Lei específica para a feira
Gestão	Secretaria Municipal de Agricultura	Secretaria Municipal de Agricultura	Secretaria Municipal de Agricultura + Organização de feirantes
Controle Social	Ronda da Guarda Civil	Segurança promovida pela coletividade	Guarita

Fonte: Produzido pelas autoras, 2023.

TABELA 1
Análise comparativa entre as feiras estudadas.

A gestão municipal de Rio Claro criou a lei nº 5.088, de 31/08/2017, com a finalidade de qualificar o abastecimento do município, regulamentando e promovendo as feiras livres e reconhecendo sua relevância no cenário de abastecimento local e na promoção de integração social.

Sob a perspectiva cultural, esses espaços configuram-se como expressões dinâmicas das tradições locais. Não são práticas cristalizadas no tempo e sim moldadas através dele, ressignificando, reconstituindo e se adaptando às demandas locais e geracionais.

Os valores patrimoniais das feiras livres: lugares de memória

As feiras livres, conforme dito, se estruturaram enquanto eventos comerciais e sociais, demonstrando capacidade de adaptação às necessidades específicas de cada localidade. Este processo implicou na reestruturação de suas práticas, evidenciando a resiliência intrínseca a esses espaços, onde há:

A interação e a soma de diversos aspectos sociais provenientes de territórios distintos e a (re)produção de expressões culturais que refletem territorialidades

múltiplas de seus participantes, sejam eles vendedores expondo seus produtos ou compradores em busca de mercadorias (Souza, 2015, p.166).

No entanto, para além dos atributos tangíveis destacados anteriormente e apontados por Santos (2008), as feiras livres tornaram-se pontos de encontro, espaços de convívio e identidade, lugares de memória⁴, que refletem uma cultura popular, ao mesmo tempo universal e local - atributos imateriais.

Em resumo, parte-se da premissa de que as feiras livres revelam traços da identidade sociocultural dos territórios onde se estabelecem, assim como das relações urbano-rurais por elas mobilizadas e reiteram a tradição de compra e venda direta de produtos, aspectos que fazem parte do imaginário, da memória e da identidade da população. Pensadas desta forma, como “referências culturais”, as feiras livres são dinâmicas e intergeracionais, transmitidas por meio da percepção e da oralidade, contribuindo para a identidade dos mais diversos grupos sociais.

Segundo Londres, o conceito de “referência cultural”, utilizado sobretudo em estudos que têm como base uma concepção antropológica de cultura, enfatizam a diversidade não só da produção material, como também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais, como as feiras. Essa perspectiva plural de algum modo veio “descentrar” os critérios considerados objetivos (cognitivos e formais), fundados em saberes considerados legítimos, que costumavam nortear as interpretações e as atuações no campo da preservação de bens culturais (Londres, 2001, p.112-113).

Estes locais não se restringem a características pré-concebidas e impostas historicamente; ao contrário, são estruturas vivas que desempenham um papel fundamental na formação e consolidação da memória coletiva. Sua contribuição para a instauração da urbanidade e para a promoção da convivência social vai além da função de testemunho histórico. Assim, as relações entre diferentes dimensões presentes na feira podem ser evidenciadas também a partir do conceito de “espírito do lugar”, abordado na Declaração de Quebec (2008), cujo sentido e valor é dado, de um lado, pelos aspectos materiais como os lugares, as paisagens formadas, edificações e objetos,

⁴ O conceito de “Lugares de Memória” foi elaborado por Pierre Nora (1993).

e de outro, pelos aspectos imateriais, como memórias, depoimentos, documentos, rituais, valores, técnicas, odores.

O espírito constrói o lugar e, ao mesmo tempo, o lugar constrói e estrutura o espírito. Os lugares são construídos por diferentes atores sociais, tanto por aqueles que os criam como por aqueles que os utilizam, ambos participando ativamente da construção de seu sentido. Considerado na sua dinâmica relacional, o espírito do lugar incorpora, assim, um caráter plural e polivalente, podendo possuir diferentes significações e singularidades, mudar de sentido com o tempo e ser compartilhado por diferentes grupos. Esta abordagem mais dinâmica é mais adequada a um mundo globalizado, caracterizado cada vez mais pelas migrações transnacionais, as populações realocadas ou deslocadas, os contatos interculturais, as sociedades multiculturais e os múltiplos pertencimentos. (Icomos, 2008, p. 2 e 3).

Estes atributos são facilmente identificáveis nas feiras livres. Em sua dimensão simbólica e social, as feiras se configuram como repositórios dinâmicos que não só preservam, mas também reinterpretam de forma contínua a herança coletiva. Nesse contexto, a análise desses lugares torna-se essencial para uma compreensão mais aprofundada dos processos envolvidos na construção e manutenção da memória social, compreendida como elemento fundamental para a configuração da sociedade e sua identidade histórica, pois essas práticas ainda conservam traços de ancestralidade e coletividade, em contraponto às crescentes relações impessoais e virtuais.

Em contrapartida, algumas feiras foram progressivamente se esvaziando com o avanço das práticas capitalistas globalizadoras, à medida que perderam os vínculos com os lugares e, por vezes, por falta de suporte estatal. Nesse cenário, alguns setores sociais emergem como protagonistas ativos, assumindo responsabilidades pelo seu funcionamento efetivo, subvertendo o caráter público das feiras livres ao realizá-las na esfera privada, fenômeno que vem se disseminando nos condomínios privados. Portanto, a resignificação nem sempre resulta na preservação dessa tradição. Mas a realização recorrente da feira, em si, torna-se um veículo dinâmico de comunicação cultural, permitindo que os grupos expressem, recriem e afirmem suas identidades de maneira contínua. Isso reforça a importância de que as feiras sejam salvaguardadas, pois “se não forem objeto de alguma forma adequada de preservação, podem desaparecer juntamente com as sociedades e as circunstâncias que as produziram” (Londres, 2007, p. 70).

As feiras se revelam como elementos estruturadores do cotidiano, daquilo que tem regularidade, permanência, entrelaçando as dinâmicas de abastecimento aos espaços de sociabilidade.

Hábito, habitualidade expressam bem essa noção de constância, continuidade. Trata-se, portanto, de uma relação de pertencimento - mecanismo nos processos de identidade que nos situa no espaço, assim como a memória nos situa no tempo: são as duas coordenadas que balizam nossa existência. (Meneses, 2009, p. 27).

E estão vinculadas ao “jogo das práticas sociais”, como afirma Meneses (2009), que são processos profundamente enraizados no território, os quais não só expressam a familiaridade e a rotina ligadas a um local específico, mas também exercem uma influência fundamental nas interações diárias que se desenvolvem nesse contexto territorial.

A democratização do patrimônio emerge como um paradigma contemporâneo na gestão cultural, ao transferir o direito de usufruto do patrimônio para a sociedade em sua totalidade. Está alicerçada na premissa de que o patrimônio cultural não deve constituir um privilégio exclusivo, mas sim um recurso compartilhado, acessível e apropriado por todos os integrantes da comunidade, ou seja:

o patrimônio deve contribuir para revelar a identidade de cada um, graças ao espelho que ele oferece de si mesmo e ao contato que ele permite com o outro: o outro de um passado perdido e como que tornado selvagem; lugar de pessoa pública; lugar da história edificante, lugar da identidade cultural. (Poulot, 2009, p. 14).

A cultura é produto das relações humanas e, segundo Arantes (1981, p. 50 e 51), se forma por um complexo tecido constituído de signos e símbolos, que desempenham papéis cruciais na transmissão de saberes entre as gerações, integrando sistemas e se consolidando como tradições. Todavia, opera dentro do campo social e político, por isso “o estudo das manifestações culturais deve detectar os constrangimentos que limitam a sua articulação efetiva e a sua transgressão e superação em situações concretas” (Arantes, 1981, p.51). Logo, o reconhecimento desses constrangimentos implica em revelar as forças que configuram e, em algumas instâncias,

restringem as manifestações culturais, pela imposição de normas culturais inflexíveis, por instituições de poder ou por determinados grupos dominantes.

O conceito de valor se constitui a partir de atributos que a sociedade define e transmite entre as gerações, orientando as escolhas individuais e coletivas. Os símbolos tornam-se uma manifestação tangível ou representativa destes valores, servindo como meio através do qual uma comunidade expressa sua identidade. Sob essa perspectiva, o ICOMOS elaborou o conceito de significância cultural, definido pela Carta de Burra de 1981 que, conforme apontam Oliveira e Farah (2021):

deve ser o conjunto de todos os significados e valores atribuídos, por todos que tem relação com o bem, de forma que possibilite a sua compreensão total, material e imaterial, seus usos, formas de apropriação, contextos socioeconômicos e culturais, de forma que, a partir dessa compreensão, a gestão patrimonial tenha condições de estabelecer parâmetros de preservação realmente relevantes e condizentes com a importância desses bens para a contemporaneidade e, assim, traçar formas de transmiti-los no futuro. (Oliveira e Farah, 2021, p. 26).

As feiras livres, interpretadas pela ótica da significância cultural, são práticas sociais que incorporam valores comunitários, por isso, a partir delas poderiam e “deveriam ser valorizados os aspectos da produção cultural em que as camadas populares tinham e têm uma participação inquestionavelmente visível e efetiva” (ARANTES, 2010, p.54). Também emergem como componentes representativos da cultura imaterial que, segundo o IPHAN (2023):

dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). (Iphan, 2023).

No que concerne às feiras livres analisadas, essas expressões culturais se evidenciam nos relatos e memórias manifestados sobre o cotidiano da feira; através do sentimento de pertencimento da população em relação ao território; das práticas locais e trocas de saberes e afetos; do compartilhamento de técnicas; da urbanidade gerada nos espaços durante a sua realização, mesmo nos lugares mais periféricos; pelas diferentes gerações que trabalham e frequentam a atividade; como espaço de encontro no cotidiano; de apropriação por grupos; e de manifestações artísticas.

Assim sendo, a função exercida pelas comunidades locais como zeladoras destes valores não apenas garante a perpetuação das práticas culturais, mas também estimula sua contínua vitalidade e relevância. Conforme aponta Meneses (2009):

Aqui está, pois, o coração de nosso problema: falar e cuidar de bens culturais não é falar de coisas ou práticas em que tenhamos identificado significados intrínsecos, próprios das coisas em si, obedientemente embutidos nelas, mas é falar de coisas (ou práticas) cujas propriedades, derivadas de sua natureza material, são seletivamente mobilizados pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas, etc. - e, em suma, seus valores. (...) significações e valores não estão nas coisas em si, mas nas práticas sociais. Por isso, atuar no campo do patrimônio cultural é se defrontar, antes de mais nada, com a problemática do valor, que ecoa em qualquer esfera do campo. (Meneses, 2009, p. 32).

Por fim, Meneses (2009) propõe um conjunto de valores, a partir dos quais é possível pensar o valor patrimonial das feiras livres estudadas: 1. Valores cognitivos - as feiras livres são espaços de disseminação e preservação de conhecimento, tanto técnico quanto cultural, através das interações entre feirantes e consumidores; 2. Valores formais - representam a experiência sensorial e de sociabilidade, refletindo a interação entre o indivíduo e o ambiente externo; 3. Valores afetivos - contribuem para a construção da identidade e memória coletiva das comunidades, através das relações sociais e afetivas estabelecidas; 4. Valores pragmáticos - além do valor econômico, as feiras oferecem uma experiência de compra para além do simples ato comercial, qualificando-a como atividade de lazer e promovendo interação com a comunidade; 5. Valores éticos - as interações sociais nas feiras livres refletem valores de integridade e respeito entre os participantes, evidenciando um código de conduta implícito no ambiente.

Considerações Finais

Ao compreender as dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais presentes nas feiras livres e especialmente ao eleger os circuitos alimentares ligados à produção hortifrutigranjeira como recorte, característicos da região e do município de Rio Claro-SP, foi possível evidenciar como os arranjos desse segmento produtivo entrelaçam cotidianamente os territórios rural e urbano e de que forma as feiras, como intermediadoras desses processos no

espaço urbano, atuam na preservação de hábitos e dinâmicas de comércio tradicionais, ou seja, na formação de uma paisagem da produção (Autor, 2022).

As análises buscaram sintetizar as formas de usos e apropriação desses espaços, em movimentos cíclicos, desde a movimentação da economia local até o âmbito regional e vice-versa, com a perspectiva de encontrar atributos nesses processos que pudessem amparar a compreensão de que as feiras, como eventos, não obstante seu caráter intermitente, transmitem valores ancestrais, como técnicas de comércio, modos de vida, sociabilidade, cooperação, coletivismo e muitos outros atributos que consciente ou inconscientemente se fixam no imaginário coletivo. Em síntese, tais práticas caminham na contramão dos movimentos globalizadores.

Ao analisar os distintos territórios das feiras, no centro urbano, numa área periférica e num espaço especializado confinado, concluiu-se que não são as feiras em si que promovem a segregação, mas sim a própria estruturação urbana, que reflete a segregação social presente na cidade. Existe, portanto, uma tensão permanente entre o poder agregador das feiras - como espaço de resiliência - e a segregação social, em territórios onde ela é mais evidente.

Dessa maneira, as feiras livres públicas transcendem sua função como locais de trocas comerciais, pois revelam-se como recintos significativos onde se desdobram narrativas que transmitem, através do tempo, as memórias individuais e coletivas e o senso de pertencimento.

A complexa teia de lugares de memória constituída pelas feiras livres, subjacente à cidade, ao campo e aos grupos envolvidos, sublinham a importância da preservação e do reconhecimento desses espaços, das narrativas de modos de vida que neles se desdobram, das possibilidades de construção de uma identidade ancorada na diversidade e na contínua busca pela reafirmação da cultural local.

Portanto, o valor patrimonial das feiras de Rio Claro não reside apenas na troca de bens, mas na preservação e renovação constante de uma herança cultural local que subsiste através das gerações.

Agradecimentos

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, por tornar possível esta pesquisa através de financiamento educacional do programa PROSUC (modalidade I).

Referências Bibliográficas

- ARANTES, A. A. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. In: BARRIO, A. E.; MOTTA, A.; GOMES, M. H. (Org.). *Inovação Cultural, Patrimônio e Educação*. v. 1. Recife: Massangana, 2010. p. 52-64. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3630/1/livro%20congresso%20Recife%20completo.pdf#page=52>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- ARANTES, A. A. *O que é cultura popular*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros Passos).
- BORSOI, D. F. A paisagem das trocas: a Vila de Cunha e a formação de uma economia de abastecimento interno na transição do século XVIII para o XIX. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 28, p. e54, p. 1-56, out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28e54>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/Nnx44xHv4bgsJkOkcM8sjDf/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, Campinas, SP, v. 9, n. 1, p. 153-174, jun. 2000. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643124>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- CAMPOY, C. C. P. *Territórios e identidades culturais: o centro urbano de Rio Claro/SP*. 2022. 175 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 26 jan. 2022. Disponível em: <http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/16557>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- CASSOL, A. Instituições sociais e abastecimento alimentar contemporâneo: Resgatando a importância socioeconômica das feiras livres tradicionais brasileiras. In: MENEZES, S. de S. M.; DE ALMEIDA, M. G. (Org.). *Vamos às feiras! Cultura e resignificação dos circuitos curtos*. Aracaju: Criação Editora, 2021. p. 97-129. E-book. Disponível em: <https://editoracriacao.com.br/wp-content/uploads/2021/08/feirassite.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- DE MESENTIER, L. M. Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania. *Vivência*, Natal: Editora Universitária da UFRN - EDUFRN, n. 28, p. 167-177, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- DE SAES, D. A. M. Capitalismo e processo político no Brasil: a via brasileira para o desenvolvimento do capitalismo. *Revista Novos Rumos*, [S. l.], v. 52, n. 1, 2015. DOI: <10.36311/0102-5864.2015.v52n1.8481>. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8481>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- DOS SANTOS, F. A. *Rio Claro: uma cidade em transformação, 1850-1906*. 2000. 257 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2000. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/212014>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- FAORO, R. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. Porto Alegre: Globo Livros, 2001.

FERRETTI, S. F. *Reeducando o olhar: estudos sobre feiras e mercados*. São Luís, MA: Edições Universidade Federal do Maranhão/Proin-CS, 2000.

FONSECA, M. C. L. Patrimônio Cultural: por uma abordagem integrada (Considerações sobre materialidade e imaterialidade na prática da preservação). In: *Caderno de Estudos do PEP*. COPEDOC/IPHAN-RJ, 2007. p. 69-73.

FONSECA, M. C. L. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: *Boletim de Políticas Setoriais*, n. 02. Brasília: IPEA, 2001. p. 111-120. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4775>. Acesso em: 10 jul. 2024.

ICOMOS AUSTRALIA. *Carta de Burra* (Carta del ICOMOS Australia para Sítios de Significación Cultural). Austrália, 1981. Disponível em: https://www.ge-iic.com/files/Cartasydocumentos/Carta_de_Burra.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

ICOMOS CANADÁ. *Declaração de Québec: Sobre a preservação do "Spiritu loci"*. Canadá, 2008. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

KIELING, R. I.; SILVEIRA, R. L. L. O rural, o urbano e o continuum urbano-rural no contexto do desenvolvimento regional. *Perspectiva*, Erechim, v. 39, n. 148, p. 133-144, dez. 2015. Disponível em: https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/148_540.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

LEFEBVRE, H. *Direito à cidade*. 5. ed. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

LEITE, D. C. B. L. Feiras como espaços de hospitalidade e identidade coletiva: Feira permanente da Ceilândia/DF. 2015. 185 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Universidade de Brasília, Brasília, jun. 2015. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/18658>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MENESES, U. T. B. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: SUTTI, W. (Org.). *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*, Ouro Preto/MG, 2009. p. 25-39.

MODEL, P. A.; DENARDIN, V. F. Agricultura familiar e a formação de circuitos curtos de comercialização através das feiras livres: o caso da Matinfreira-Paraná. *Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente*, São Paulo, p. 1-15, 2014. Disponível em: <https://www.engema.org.br/XVIENGEMA/456.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MOTT, L. R. B. Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil. *Revista de História*, São Paulo, v. 53, n. 105, p. 81-106, 2023. DOI: <10.11606/issn.2316-9141.rh.1976.209659>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/209659>. Acesso em: 10 jul. 2024.

PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo (colônia)*. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

PROJETO MEMÓRIA VIVA. As Danças Afro-brasileiras na Cidade de Rio Claro: O Batuque de Umbigada e a Congada de São Benedito. Disponível em: <https://vimeo.com/27299147>. Acesso em: 15 dez. 2023.

QUEIROGA, E. F. Da relevância pública dos espaços livres: um estudo sobre metrópoles e capitais brasileiras. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo: Editora 34, n. 58, p. 105-132, jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.116>.

Heloisa Mina Padula é doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela PUC-Campinas, com bolsa CAPES - modalidade 1. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas, 2016-2021); mestre em Arquitetura e Urbanismo pela mesma instituição (PUC-Campinas, 2024), com bolsa Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - modalidade 1 (CAPES).

Maria Cristina da Silva Schicchi é professora titular e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, e bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq Nível 2. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Farias Brito (FAUFB, 1977-1981); mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Engenharia de São Carlos (EESC USP, 1990) com bolsa FAPESP; doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP, 2002), com bolsa CEAP/Puc-Campinas; pós-doutora pelo Programa Oficial de Arquitectura da Universidad de Sevilla (US, 2010), com auxílio da FAPESP.

Texto recebido em: 26/02/2024

Texto aprovado em: 03/07/2024